

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

O DESENVOLVIMENTO HUMANO DE 1991 A 2010:
UMA ANÁLISE DO CASO FLUMINENSE

HUGO HOMEM MACEDO
matrícula nº 108099826

ORIENTADORA: Prof. Valéria Pero

SETEMBRO 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

O DESENVOLVIMENTO HUMANO DE 1991 A 2010:
UMA ANÁLISE DO CASO FLUMINENSE

HUGO HOMEM MACEDO
matrícula nº 108099826

ORIENTADORA: Prof. Valéria Pero

SETEMBRO 2016

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

DÍSTICO

*“Let nothing be called natural
In an age of bloody confusion,
Ordered disorder, planned caprice,
And dehumanized humanity, lest all things
Be held unalterable!”*
(Bertolt Brecht)

RESUMO

Este trabalho analisa o Índice de Desenvolvimento Humano e suas três dimensões (saúde, longevidade e rendimento) do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro no período de 1991 a 2010. Em uma análise apenas nacional, abordaremos outros índices como o Ajustado à Desigualdade e o de Desigualdade de Gênero. Mostraremos, tanto para a nível nacional quanto a nível estadual, o processo de evolução em cada uma das dimensões sugeridas. Os resultados que encontramos sugerem que o baixo crescimento do Rio de Janeiro durante o período, principalmente na primeira década, se explica pela importância da capital para o estado.

SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

FJP	Fundação João Pinheiro
GRDH	Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO IDH	12
CAPÍTULO II – EVOLUÇÃO DO IDHM NO BRASIL	22
2.1 – Contextualização	22
2.2 – Analisando O IDHM Brasileiro.....	24
2.3 – Mudanças nos Componentes de Educação, Saúde E Renda	30
CAPÍTULO III – O Caso do Estado do Rio de Janeiro.....	34
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS	43
ANEXO: Evolução no Cálculo do IDH de 1990 a 2009	45

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano	19
Tabela 2 – Crescimento anualizado do IDH	20
Tabela 3 – Diferença de desigualdade do IDH para índice e dimensão com desigualdade ajustada (2014)	20
Tabela 4 – Análise da desigualdade de gênero (2014)	21
Tabela 5 – Evolução do IDHM por região e estado do Brasil	27
Tabela 6 – Valor do IDHM e crescimento das dimensões do IDHM entre 1991 e 2010 .	29
Tabela 7 – IDHM por município do Rio de Janeiro	35
Tabela 8 – Taxa de crescimento do IDHM por dimensão	40

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Mudanças de posições entre 1991 e 2010	26
Gráfico 2 – Histograma do IDHM dos municípios	28
Gráfico 3 – Crescimento médio anual (1991-2010)	28
Gráfico 4 – IDHM Renda e Educação (91)	31
Gráfico 5 – IDHM Renda e Educação (00)	31
Gráfico 6 – IDHM Renda e Educação (10)	31
Gráfico 7 – IDHM Renda e Longevidade (91)	32
Gráfico 8 – IDHM Renda e Longevidade (00)	32
Gráfico 9 – IDHM Renda e Longevidade (10)	32
Gráfico 10 – Crescimento médio anual por município do ERJ	36
Gráfico 11 – IDHM Renda e Educação (91)	36
Gráfico 12 – IDHM Renda e Educação (00)	36
Gráfico 13 – IDHM Renda e Educação (10)	37
Gráfico 14 – IDHM Renda e Longevidade (91)	38
Gráfico 15 – IDHM Renda e Longevidade (00)	38
Gráfico 16 – IDHM Renda e Longevidade (10)	38
Gráfico 17 – Rio de Janeiro vs. Municípios com melhores IDHMs	39
Gráfico 18 – Distribuição da população nos municípios por UF	39

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento humano, apesar de estar presente no debate econômico desde o início do século XX, ainda se encontra em processo de definição e tem sofrido diversas transformações durante as últimas duas décadas. Através de aperfeiçoamentos dos modelos de cálculo dos índices, do maior acesso a dados mais precisos e uma preocupação global maior, com participação de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem sido cada vez mais adotado como medida para analisar a qualidade de vida de uma determinada população e comparar as diferenças regionais.

O IDH surge no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 1990, na tentativa de suprir os espaços deixados pelo PIB *per capita* como principal medida de desenvolvimento humano até então. Este RDH é uma mudança de paradigma na mensuração de desenvolvimento. Se usássemos a Renda Nacional Bruta (RNB) como medida, por exemplo, o Brasil seria o sétimo lugar do ranking internacional.¹ Usando a RNB *per capita* o país desceria algumas posições, mas ainda estaria muito próximo do que o Banco Mundial classifica como “high income”.² Considerando o IDH, o Brasil está na 75ª posição no ranking global. Entretanto a última década do século XX vem para mudar isso, ao afirmar-se que “as pessoas são a verdadeira riqueza das nações”. (PNUD, 1990 *apud* BOLZON, 2015)

Para maior compreensão das diferenças regionais do desenvolvimento dentro de um país, foi realizada uma adaptação do IDH Global, referência mundial e utilizado como guia em diversas pesquisas, a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que no Brasil é calculado com base nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 para análise de todos os municípios do território nacional. É importante destacar que esta adaptação envolve uso de diferentes indicadores, mas mantém as três dimensões chaves do IDH: longevidade, educação e renda. O IDHM não seria, portanto, uma maneira de fazer comparações com outras

¹ World Bank. GNI, PPP (current international \$). Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.MKTP.PP.CD?year_high_desc=true>. Acesso em: 06 de setembro de 2016

² World Bank. New country classifications by income level. Disponível em: <<http://blogs.worldbank.org/opendata/new-country-classifications-2016>>. Acesso em: 12 de setembro de 2016.

ciudades do mundo ou regiões metropolitanas mundiais, mas facilitar o entendimento e orientar políticas públicas numa esfera menor dentro do território brasileiro.

Utilizaremos este índice e sua estrutura de construção para avaliar a realidade pela qual passa o desenvolvimento humano do Brasil. Após demonstrar a situação das regiões brasileiras e seus municípios, faremos também a comparação dos três pilares estruturais: longevidade, educação e renda. As desconstruções e abordagens utilizadas a nível nacional também serão utilizadas a nível estadual para tentar entender o que se passou de 1991 a 2010 com o desenvolvimento fluminense. O trabalho analisará as especificidades do Estado do Rio de Janeiro para que se possa compreender o porquê de o estado possuir o pior crescimento médio anual entre as 27 unidades federativas.

Para realizar tal tarefa, o trabalho está dividido em outros quatro capítulos além deste. O primeiro abordará os aspectos conceituais e metodológicos relevantes para o IDH, assim como a evolução e as questões em debates sobre o tema. O segundo e o terceiro farão o estudo de cada caso (Brasil e Rio de Janeiro) através dos dados estatísticos fornecidos pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Por fim, apresentaremos as principais conclusões tiradas do aprofundamento no tema.

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO IDH

A tentativa de desenvolver um indicador que substituísse o PIB *per capita* na forma de avaliar o desenvolvimento humano antecede em algumas décadas a criação do IDH. Em 1966, Drewnowsky e Scott tentam conceber um indicador único capaz de mensurar a qualidade de vida, um objetivo que seria comum de todas as nações (DREWNOWSKY; SCOTT, 1966 *apud* ROCHA, 2003). Entretanto, Rocha (2003) afirma que a dificuldade operacional encontrada para obtenção das informações faz com que o estudo não se repita para posterior comparação com o trabalho original.

O Physical Quality of Life Index (PQLI) [Índice de Qualidade Física de Vida], proposto por Moris e Lieser, utiliza três indicadores considerados pelos autores essenciais para elaborar um indicador único para representar o desenvolvimento humano: mortalidade infantil, esperança de vida com até um ano de idade e taxa de alfabetização (ROCHA, 2010 *apud* SANTOS, 2011). Entretanto argumentava-se que o PQLI media a quantidade de vida, e não a qualidade dela. E além disso, ao incluir mortalidade infantil e esperança de vida como dois, altamente correlacionados, dava-se um peso elevado para a saúde de forma arbitrária. (CHOWDHURY, 1991)

Ao mesmo tempo em que inicia um avanço na forma de valorizar e mensurar o progresso social, pois levava em conta a taxa de alfabetização, o PQLI recebe críticas também por deixar de lado outras privações. Segundo Sen (1980 *apud* ROCHA, 2006) o indicador não poderia ter deixado de lado o sofrimento causado pela fome, pois esta não estaria refletida de forma adequada sob a forma de mortalidade.

Como observam Kerstenetzky e Kerstenetzky (2015), “a reflexão normativa é estimulada pela crescente insatisfação com a equiparação de desenvolvimento com acumulação de capital e crescimento do produto/renda per capita”. O economista Amartya Sen questiona na década de 80 a forma como debate sobre desenvolvimento estava sendo conduzido. Na opinião do indiano, o foco deveria ser nas pessoas (melhorar a vida individual ao invés de assumir que o desenvolvimento econômico desempenharia essa função), nas oportunidades (oferecer a chance que as pessoas vivam a vida que valorizam) e nas escolhas (criar a oportunidade não

significa ser responsável pela escolha do indivíduo).³ Educar uma menina não necessariamente representa uma quantia mensurável no desenvolvimento econômico de um país, e de nada adianta educa-la se ela não tem oportunidade de mostrar a habilidade desenvolvida ou ser contratada na área que deseja trabalhar, como em uma sociedade machista.

Por este motivo, Sen relaciona em seu livro desenvolvimento com liberdade, mas uma liberdade que vai além das restrições orçamentárias. É possível perceber este apelo em sua obra na tentativa de mostrar que o valor do desenvolvimento está além do valor monetário, está na capacidade do ser humano ter uma condição digna de vida.

“Sometimes the lack of substantive freedom relates directly to economic poverty, which robs people of the freedom to satisfy hunger, or to achieve sufficient nutrition, or to obtain remedies for basic illnesses or the opportunity to be adequately clothed or sheltered, or to enjoy clean water or sanitary facilities. In other cases, the unfreedom links closely to the lack of public facilities and social care, such as the absence of epidemiological programmes, or of organized arrangements for health care or education facilities, or of effective institutions for the maintenance of local peace and order. In still other cases, the violation of freedom results from a denial of political and civil liberties by authoritarian regimes and from imposed restrictions of the freedom to participate in the social, political, and economic life of the community.” (SEN, 1999: 3-4)

Inspirado pelas ideias de Sen, o economista Mahbub ul Haq apresenta, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (1990) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Índice de Desenvolvimento Humano. É reforçado neste relatório a importância das pessoas como a verdadeira riqueza das nações e que este ideal em alguns momentos é deixado de lado em detrimento da acumulação de commodities e bem-estar financeiro. A ideia deste relatório era criar uma alternativa ao Produto Interno Bruto, medida que dominava o debate até então. Como afirma o paquistanês, “o índice (...) é um movimento na direção correta” (PNUD–GRDH, 1990).

³ United Nations Development Programme. About Human Development. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/humandev>>. Acesso em: 28 de agosto de 2009.

A construção do índice seria baseada em três pilares: saúde (medida pela longevidade), educação (através da instrução) e renda (a oportunidade de desfrutar de uma vida razoável) (PNUD; IPEA; FJP, 2013). Sen e ul Haq reforçam que o alto crescimento do PIB falha na redução da desigualdade social, até mesmo em países desenvolvidos (PNUD–GRDH, 1990). Há inclusive uma tentativa de mostrar que países com um PIB menor podem ter uma qualidade de vida melhor se há uma eficiência nos esforços pela liberdade individual. Liberdade essa não no sentido de ausência de interferência do Estado, mas o indivíduo ser livre e capaz de desejar e alcançar seus objetivos de vida.

A construção inicial do índice é feita através de uma média aritmética simples entre as três dimensões: longevidade, conhecimento e um padrão de vida. A longevidade é indicada pela expectativa de vida ao nascer. Sua escolha foi feita pela associação de uma vida longa com uma boa nutrição e boa saúde de uma forma geral. Para o conhecimento, a alfabetização serve como uma forma embrionária deste desenvolvimento. É ela a porta de acesso para uma vida produtiva, para além da construção do conhecimento sob uma perspectiva global. Para representar um padrão de vida decente, Mahbub ul Haq escolhe o GDP per capita ajustado pela distribuição, já que o foco é que o acesso seja de forma universal, e não apenas uma média que afaste o índice da realidade vivida pela população.

Os próprios criadores do índice reconhecem a presença de pontos fracos, como foi exposto por eles no relatório. Além do problema com as coletas e gerações dos dados, como o Coeficiente de Gini (calculado por menos de vinte e cinco por cento dos países na época), os autores também expõem as falhas de metodologia.

All three measures of human development suffer from a common failing: they are averages that conceal wide disparities in the overall population. Different social groups have different life expectancies. There often are wide disparities in male and female literacy. And income is distributed unevenly. (PNUD–GRDH, 1990)

Mesmo reconhecendo suas falhas, o IDH foi criticado em diversos estudos com propostas de novos e alternativos índices (NOORBAKHS, 1998, SAGAR; NAJIM, 1998, LING, 2002, CHAKRAVARTY, 2003, DESPOTIS, 2005, HERRETO *et al*, 2010 *apud* KOVACEVIC, 2010), que eram baseados numa modificação do IDH. Diversas outras críticas debruçaram-se no fato da média entre as dimensões ser aritmética, o que facilitaria uma

substituição perfeita entre os indicadores (DESAI, 1991, SAGAR; NAJIM, 1998 *apud* KOVACEVIC, 2010). Ainda que houvesse o reconhecimento no relatório de divulgação, o índice também foi criticado pela disparidade de distribuição entre os mesmos indicadores em países diferentes. Nestes casos, foram sugeridos ajustes à desigualdade (HICKS, 1997, FOSTER *et al*, 2005, SETH, 2009 *apud* KOVACEVIC, 2010).

No Brasil, Barros *et alii* (2003) usam os princípios bases do IDH para desenvolverem o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). O objetivo é inverter a ordem de agregação, para criar um índice sintético que possa ser agregado em outros grupos além do geográfico, como os negros ou famílias chefiadas por mulheres. Entretanto num caminho oposto ao IDH, a construção é muito mais complexa pois a sugestão dada é composta de seis dimensões, com 26 componentes e 48 indicadores.

Em 2010 os indicadores utilizados na construção do IDH e a forma como eles são agregados mudam, mas as três dimensões são mantidas: saúde, educação e padrão de vida. Na dimensão da saúde, foi mantido o uso da esperança de vida ao nascer, pois julgou-se não haver alternativa melhor ou viável. Para a segunda dimensão (educação), a alfabetização foi substituída por uma combinação entre a média de anos de escolaridade e os anos de escolaridade esperados – isto é, a escolaridade que uma criança pode esperar receber mantidas as taxas de matrícula nesta proporção. Foi mantido apenas o valor quantitativo pois uma avaliação qualitativa da escolaridade numa esfera internacional carece de frequência e cobertura suficiente para comparações. Por fim, o PIB *per capita* é substituído pelo RNB *per capita*. Alega-se que num mundo globalizado como o vivido atualmente, a renda e o produto diferem de maneira significativa um do outro; atualmente a produção é cada vez mais internacionalizada na tentativa de reduzir custos.

Além dos indicadores, houve a mudança na agregação também: passa a ser utilizada uma média geométrica das três dimensões. Há, portanto, um efeito direto na mensuração do desempenho de um país, já que não há mais a substituição perfeita entre as dimensões (PNUD–GRDH, 2010). Esta medida pode ter efeito, por exemplo, em países com renda elevadíssima como os produtores de petróleo, que não teriam mais sua baixa educação compensadas pela dimensão do rendimento. Outra mudança metodológica é a utilização do valor máximo observado em cada dimensão, e não mais valores escolhidos de forma arbitrária.

As diversas alterações sofridas pelo IDH nos anos que sucedem sua criação até 2009 estão sintetizadas no Anexo: Evolução no Cálculo do IDH de 1990 a 2009. Cabe lembrar que essas mudanças na metodologia fazem com que os índices precisem ser recalculados para uma comparação no tempo. Em estudos antigos os valores também podem ser diferentes devido às metodologias antigas e/ou dos dados desatualizados para cálculo.

Esta mudança de 2010 já havia sido sinalizada na Publicação do Relatório de Desenvolvimento Humano (PRDH) do mesmo ano. As conclusões do *paper* de Kovacevic (2010) deixam explícitas as mudanças que tentariam dar ao IDH uma robustez maior e que corrigisse algumas das críticas enfrentadas.

A careful review of the HDI critiques, lead us to a new proposal of the HDI, one that is considered a better measure that quantifies the progress in three essential dimensions of human development. It recognizes also availability of better data today than twenty years ago. A modified version of the HDI should better capture the current and potential future capabilities in education of modern societies and the income that is available to the country. Also we would like the new measure to reduce the variation in the implicit weights and to allow less substitutability between dimensions. (KOVACEVIC, 2010)

A inovação causada pela apresentação do IDH em 1990 traz um novo patamar para o debate, uma nova forma de pensar o desenvolvimento humano. Todo o debate subsequente e as reflexões sobre a importância de levar em considerações outras dimensões, além de saúde, educação e renda, faz com que três novos índices sejam apresentados pelo RDH 2010 junto com a nova metodologia de cálculo do IDH.

O primeiro é o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), que leva em consideração as desigualdades dentro dos índices do IDH. Numa sociedade perfeitamente igual, o IDH e o IDHAD são iguais. Como visto anteriormente, essa era uma das principais críticas na abordagem do IDH, já que países com uma distribuição desigual conseguiam um IDH semelhante se seus indicadores tivessem um valor final semelhante. Segundo o relatório, “países com menor desenvolvimento humano tendem a ter maior desigualdade em mais dimensões – e, por conseguinte, maiores perdas no desenvolvimento humano”. Ainda afirma que a desigualdade multidimensional da África Subsaariana faz com que a região seja a maior perda de IDH.

De funcionamento semelhante ao IDHAD, é construído o Índice de Desigualdade de Gênero, que busca quantificar a diferença entre o desenvolvimento de homens e mulheres dentro de uma mesma nação. Este índice está ligado à forma diferenciada com que as mulheres são tratadas em sociedades machistas. Como a base do IDH é a liberdade, países que a mulher tem menos direito, consequentemente uma menor liberdade, devem ter sua fraqueza exposta. Um caso recente que serve de ilustração é o da ativista paquistanesa Malala Yousafzai, baleada na cabeça por defender a educação escolar para mulheres em seu país.

O terceiro é o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que leva em considerações as privações que as famílias mais pobres atravessam dentro das três dimensões que compõe o IDH. O relatório sugere que sua divisão em regiões, etnias, além das dimensões, “faz dele uma ferramenta válida para os formuladores de política”. (PNUD–GRDH, 2010) Apesar da África Subsaariana ser a região com mais elevada incidência de pobreza multidimensional, os mais pobres – segundo referência deste índice – estão concentrados no Sul da Ásia (51%) e na África (28%).

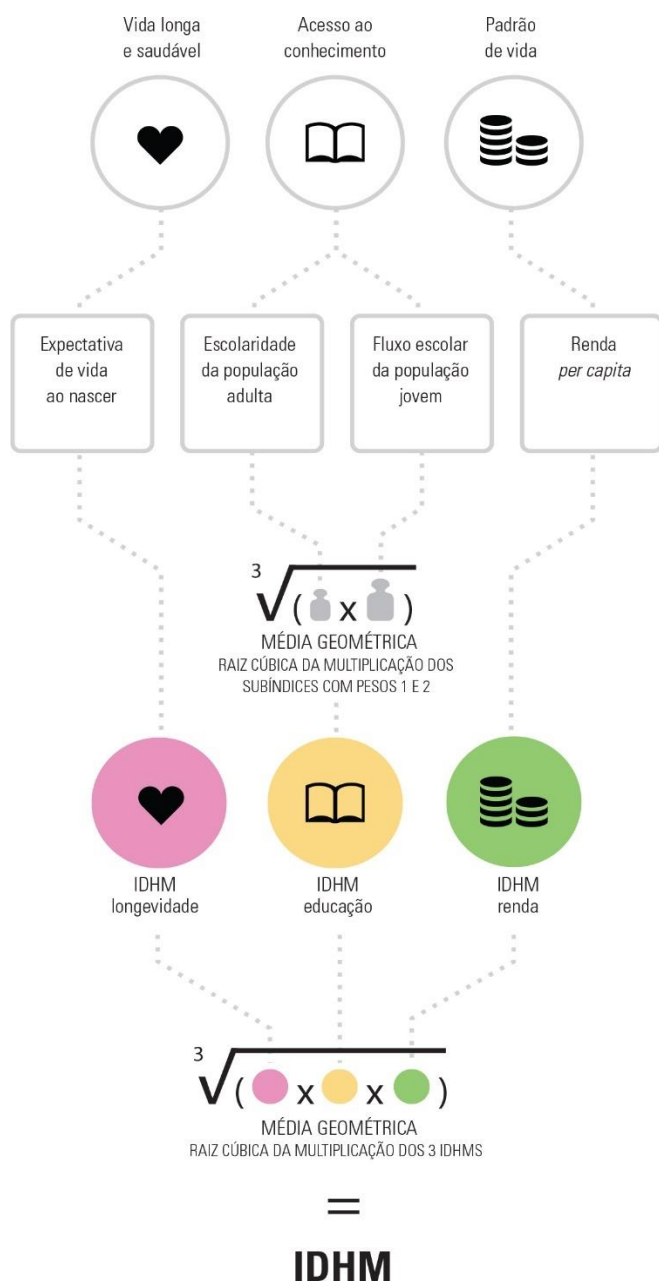
Para Klugman *et alii* (2011), o RDH 2010 deixa claro o fato que a intenção do IDH nunca foi ser uma medida universal para definição do desenvolvimento. Sua estrutura já mostra que suas medidas parciais com o uso de indicadores imperfeitos mostram a tentativa de uma abordagem mais geral sobre o tema. Ainda segundo Klugman *et alii* (2011), o IDH deve ser visto como um ponto de partida para um diálogo sobre o significado da palavra desenvolvimento.

O Brasil, de forma particular, adapta o IDH para um modelo nacional em que possa calcular as três dimensões num princípio próximo ao global para as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) e municípios do território brasileiro. As UDHs são recortes especiais menores que um município com características homogêneas socioeconômicas dentro do seu espaço na tentativa de reconhecer as disparidades dentro do ambiente municipal (PNUD; IPEA; FJP, 2014). Este modelo brasileiro, criado em 1998, é denominado por Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

As diferenças do IDHM para o IDH são indicadores escolhidos para representar as dimensões de educação e rendimento. Na educação, o Brasil adota para a população adulta quantas pessoas tem fundamental completo enquanto para os jovens quantos estão na escola (5-

6 anos), nos anos finais do fundamental (11-13 anos), com fundamental completo (15-17) e com médio completo (18-20 anos); a medida global é de média de anos de estudo (para quem tem mais de 25 anos) e anos esperados de estudos (para os jovens). Na renda, o Brasil adota a renda mensal *per capita* e a medida universal utiliza a Renda Média Nacional *per capita*.⁴ O modelo brasileiro pode ser ilustrado como a figura 1 para melhor compreensão.

Figura 1 – Representação ilustrada do IDHM



Fonte: PNUD; IPEA; FJP (2013).

⁴ PNUD; IPEA; FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/>. Acesso em: 14 de setembro de 2009.

Voltando a observar o IDH dentro de um cenário global, o valor do IDH do Brasil para 2014 é 0,755 (inserido na categoria de Desenvolvimento Humano Elevado) colocando o país na posição 75 dentre 188 países e territórios, uma queda de uma posição em relação a 2013, mas uma melhora de 3 posições em relação a 2009. De 1990 a 2014, o valor do IDH brasileiro passou de 0,608 para 0,755, um crescimento médio anual de 0,91%.

A tabela 1 e 2 fazem uma comparação do desenvolvimento do IDH do Brasil com o Mundo, suas regiões e com os países agrupados por IDH. A diferença de IDH pode ser observada tanto por seu valor absoluto quanto pelo crescimento médio anualizado.

Já a tabela 3 mostra a diferença do IDHAD para o IDH e como o Brasil tem uma avaliação negativa quando é incluída a influência da distribuição dentro das dimensões. Se o IDH brasileiro era 0,755 em 2014, seu valor ajustado é de 0,557 (um valor 26,3% menor). A maior queda é na desigualdade de rendimento (38,7%), seguida por educação (23,6%) e longevidade⁵ (14,5%). Com essa queda no índice, o Brasil perde 20 posições em comparação ao ranking de IDH.

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano

	IDH						
	1990	2000	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil	0,608	0,683	0,737	0,742	0,746	0,752	0,755
Agrupamento							
Muito elevado	0,801	0,851	0,887	0,890	0,893	0,895	0,896
Elevado	0,592	0,642	0,723	0,730	0,737	0,741	0,744
Médio	0,473	0,537	0,611	0,619	0,623	0,627	0,630
Baixo	0,368	0,404	0,487	0,492	0,497	0,502	0,505
Regiões							
Estados Árabes	0,553	0,613	0,676	0,679	0,684	0,686	0,686
Ásia Oriental e Pacífico	0,516	0,593	0,686	0,693	0,702	0,707	0,710
Europa e Ásia Central	0,651	0,665	0,731	0,739	0,743	0,746	0,748
América Latina e Caraíbas	0,625	0,684	0,734	0,738	0,743	0,745	0,748
Ásia do Sul	0,437	0,503	0,586	0,596	0,599	0,603	0,607
África Subsaariana	0,400	0,422	0,499	0,505	0,510	0,514	0,518
Mundo	0,597	0,641	0,697	0,703	0,707	0,709	0,711

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do RDH (PNUD–GRDH, 2015)

⁵ Cálculo com base nas tabelas de vida do UNDESA (2013a) relativas ao período 2010-2015.

Tabela 2 – Crescimento anualizado do IDH

	Média anual de crescimento do IDH (%)			
	1990-2000	2000-2010	2010-2014	1990-2014
Brasil	1,18	0,76	0,60	0,91
Agrupamento				
Muito elevado	0,61	0,42	0,26	0,47
Elevado	0,81	1,20	0,71	0,95
Médio	1,28	1,29	0,78	1,20
Baixo	0,92	1,90	0,92	1,32
Regiões				
Estados Árabes	1,02	0,99	0,38	0,90
Ásia Oriental e Pacífico	1,39	1,48	0,87	1,34
Europa e Ásia Central	0,22	0,94	0,59	0,58
América Latina e Caraíbas	0,91	0,70	0,47	0,75
Ásia do Sul	1,42	1,55	0,86	1,38
África Subsaariana	0,54	1,68	0,94	1,08
Mundo	0,71	0,85	0,47	0,73

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do RDH (PNUD–GRDH, 2015)

Tabela 3 – Diferença de desigualdade do IDH para índice e dimensão com desigualdade ajustada (2014)

	Desigualdade em relação a (%)			
	IDH	Longevidade ⁵	Educação	Rendimento
Brasil	26,3	14,5	23,6	38,7
Agrupamento				
Muito elevado	12,1	4,9	8,0	22,5
Elevado	19,4	10,7	16,8	29,4
Médio	25,8	21,9	34,7	19,8
Baixo	32,0	35,0	37,9	22,0
Regiões				
Estados Árabes	25,4	17,4	38,9	17,7
Ásia Oriental e Pacífico	19,4	11,7	18,4	27,4
Europa e Ásia Central	13,0	14,3	7,9	16,6
América Latina e Caraíbas	23,7	13,3	21,0	35,2
Ásia do Sul	28,7	24,4	41,5	17,9
África Subsaariana	33,3	36,6	35,3	27,5
Mundo	22,8	17,4	26,8	24,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do RDH (PNUD–GRDH, 2015)

Na análise sob a ótica de desigualdade de gênero, apresentada pela tabela 4, o Brasil também sai prejudicado, a queda no ranking internacional é de 22 posições. O Brasil possuía, em 2014, 9,6% das cadeiras do parlamento ocupada por mulheres, um valor bem abaixo de qualquer grupo de agrupamento em níveis de desenvolvimento. Apesar de valores semelhantes para a dimensão da educação, a taxa de participação na força de trabalho feminina é 21,4 p.p. menor que a taxa masculina. Apesar de uma diferença significativa, este número é bem menor que os números globais – inclusive os agrupados por nível de desenvolvimento.

Tabela 4 – Análise da desigualdade de gênero (2014)

	Assentos ⁶	Educação ⁷		Trabalho ⁸	
		Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Brasil	9,6	54,6	52,4	59,4	80,8
Agrupamento					
Muito elevado	26,5	86,2	87,9	52,1	68,7
Elevado	20,6	60,6	69,5	57,0	77,2
Médio	18,8	34,8	55,3	37,5	79,8
Baixo	20,5	14,8	28,3	57,2	79,1
Regiões					
Estados Árabes	14,0	34,7	47,6	23,2	75,3
Ásia Oriental e Pacífico	18,7	54,7	66,3	62,6	79,4
Europa e Ásia Central	19,0	70,8	80,6	45,6	70,0
América Latina e Caraíbas	27,0	54,3	55,2	53,7	79,8
Ásia do Sul	17,5	29,1	54,6	29,8	80,3
África Subsaariana	22,5	22,1	31,5	65,4	76,6
Mundo	21,8	54,5	65,4	50,3	76,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do RDH (PNUD–GRDH, 2015)

Apesar de considerar a análise do Índice de Pobreza Multidimensional tão importante quantos os outros índices citados acima, a tabela fornecida pelo RDH 2015 apresenta dados incompletos, sem dados sobre nutrição e pavimentação para o Brasil, por exemplo. Por esse motivo, sua avaliação não será feita neste trabalho. Cabe destacar que o IPM é extremamente útil para orientação de políticas públicas, portanto dados incompletos deste índice apenas prejudicam o país na busca por um desenvolvimento humano com um Estado bem orientado.

⁶ Percentagem de assentos no parlamento. (% do sexo feminino)

⁷ População com pelo menos uma parte do ensino secundário. (% com 25 anos ou mais)

⁸ Taxa de participação na força de trabalho. (% com 15 anos ou mais)

CAPÍTULO II – EVOLUÇÃO DO IDHM NO BRASIL

2.1 – Contextualização

O Brasil possui 8.515.767,049 km² de extensão territorial, tamanho grande o suficiente para possuir quatro fusos horários, cinco climas ou até mesmo duas “Uniãos Europeias”. Diante de uma dimensão continental, seus 5.570 municípios estão distribuídos entre diversas características extremamente distintas: tamanho, clima, vegetação, colonização, topografia, etc. Cada município tem, portanto, uma visão deturpada da realidade brasileira e da possível expectativa a respeito do desenvolvimento nacional.

Ao abordar a história do desenvolvimento brasileiro é importante ressaltar a lógica econômica colonial que perdurou durante séculos. Foi durante muitos anos exportador de matéria prima (seja ela ouro, pau-brasil ou açúcar). Para cobrir uma área tão grande e realizar um trabalho basicamente manual, precisava-se de uma grande quantidade de mão-de-obra não necessariamente capacitada; prática que torna o país um dos maiores destinos de escravos no mundo e o maior participante desse mercado no Atlântico.

“Portuguese ships – defined as vessels owned by Portuguese nationals living mainly in Brazil – were among the first to carry slaves from Africa to the Americas, probably in 1519, as well as among the last to do so nearly three and one half centuries later as British and American warships patrolled the African and Cuban coasts.” (ELTIS; BEHRENDT; RICHARDSON, 2005)

No século XX o Brasil experimentou diversas tentativas de impulsionar o desenvolvimento: Plano SALTE, Plano de Metas, I Plano Nacional de Desenvolvimento, II Plano Nacional de Desenvolvimento. Algumas tentativas foram bem-sucedidas, e o país chega a vivenciar um período conhecido como “milagre econômico”, com altas taxas de crescimento. Entretanto esta tentativa desesperada de desenvolver o país teve dois preços muito altos: a inflação e a perda da liberdade. O primeiro provoca a perda do poder de compra do trabalhador, deteriorando sua vida pouco a pouco e fazendo-o habitar num mar de incertezas. O segundo corrói a sociedade, pois ataca até a democracia, um dos pilares da sociedade, por um período de mais de duas décadas. Somente no fim do século o Brasil finda esses dois problemas, com o Plano Real em 1994 e a Constituição Federal de 1988. A base do desenvolvimento nacional

nesse período passa a ter novos pilares: a estabilidade econômica e o estado democrático de direito.

Numa análise geográfica, possuindo características tão distintas entre os municípios, o ideal é que a gestão fosse o mais localizada possível, conseguindo assim captar de forma mais eficiente as peculiaridades do espaço, seja ele região metropolitana, município ou bairro, e oferecendo soluções mais eficazes. Caberia ao governo central o papel de orientador das políticas públicas, de modo a coordenar os governos locais, e reduzir assim as desigualdades de desenvolvimento das esferas menores e orientar formas de integração entre estes. Um exemplo pode vir do governo sueco, um dos países com maior IDH do mundo, superando a barreira de 0.900 pontos.

“O resultado prático é o governo central na Suécia se contentar com 28% dos recursos públicos do país, enquanto as estruturas locais de gestão, que permitem participação muito mais direta do cidadão, controlam cerca de 72%. Esta cifra se compara com 5% na Costa Rica, 4% no Panamá, e um provável 13% no Brasil”. (DOWBOR, 2015:p.11)

Caberia também ao governo central, além de um órgão autônomo de fiscalização da própria esfera menor, um papel de acompanhar o processo de execução e intervir apenas quando necessário. Entretanto esta instância superior brasileira tem sido ineficiente em sua gestão, como mostram Bógus e Pessoa (2008) no caso do governo paulista na década de 90. As autoras citam a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade como garantidores de bem-estar e cidadania através de políticas urbanas, porém os projetos de renovação urbana estão comumente voltados para o interesse privado do mercado imobiliário, favorecendo os processos de gentrificação. A valorização da área central força os moradores mais pobres a se mudarem para áreas mais periféricas, num processo de ampliação e valorização do círculo central.

Entretanto é inegável o avanço do Brasil no desenvolvimento social durante a última década do século XX e a primeira do século XXI através dos programas sociais criados e/ou aprimorados durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. O Bolsa Família é o de maior destaque, responsável por tirar milhões de brasileiros de pobreza extrema e sendo citado diversas vezes como exemplo na redução da desigualdade social pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

“Brazil’s Bolsa Familia and Mexico’s Oportunidades are other examples of winwin policies. Three lessons could be highlighted in strengthening the link between short-run actions and longer term policies in bolstering resilience. First, a social infrastructure should be in place so that distribution networks can be readily accessed when a crisis hits. Second, conditional transfer payments might be helpful in protecting education and health status, especially for young people, and in reducing intergenerational consequences. Third, social support that starts with coverage of key vulnerable groups could become a basis for a more comprehensive social floor in the future.” (Human Development Report 2014 Sustaining Human Progress: Reducing Vulnerabilities and Building Resilience)

Na área da saúde, o acesso integral, universal e igualitário é feito através do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo a cartilha Entendendo o SUS (2007), a União é financiadora de 50% dos gastos, a outra metade é paga por estados e municípios. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência (Samu 192) consegue atender hoje 55% da população brasileira, por estar presente em 1.150 municípios.

2.2 – Analisando O IDHM Brasileiro

A análise do IDHM representa uma forma de avaliar os resultados dos esforços nas áreas da saúde, educação e renda de um país. A tabela 5 apresenta a evolução do IDHM e mostra que entre 1991 e 2010 o Brasil sai de um IDHM 0.493 (Muito Baixo) para um IDHM 0.727 (Alto), um crescimento médio anual de 2,07%. A desaceleração do crescimento na segunda década (00-10), passando de um crescimento médio anual de 2,43% para um de 1,74% pode ser considerado dentro da normalidade, pois quanto mais desenvolvido encontra-se um país, mais difícil fica de se obter um crescimento expressivo no indicador.

Esta dificuldade pode ser percebida quando fazemos a avaliação separada por região⁹. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste tinham um IDHM considerado Muito Baixo (0.414, 0.395 e 0.477 respectivamente) em 1991 e tiveram um crescimento médio anual acima da média nacional durante as duas décadas. As regiões Sul e Sudeste, que possuíam um IDHM classificado como Baixo (0.529 e 0.549) são as responsáveis por puxar a média nacional de crescimento para baixo. O Sul ainda consegue crescer acima da média nacional durante os primeiros dez anos, mas os anos seguintes não conseguem desempenho parecido. Já a região Sudeste, que entre as cinco regiões brasileiras possuía o maior IDHM, tem um crescimento abaixo da média durante todo o período avaliado.

Merece ainda destaque o feito obtido pela região Centro-Oeste, que sem a presença da capital brasileira passa de um IDHM classificado de Muito Baixo (0.477) para um IDHM Alto (0.731). Este feito foi realizado pelos três estados que a compõe, e não apenas um estado ou dois estados só aumentando a média dos três. Mantendo o padrão nacional, o crescimento médio anual foi maior entre os anos de 1991 e 2000 do que entre os anos de 2000 e 2010.

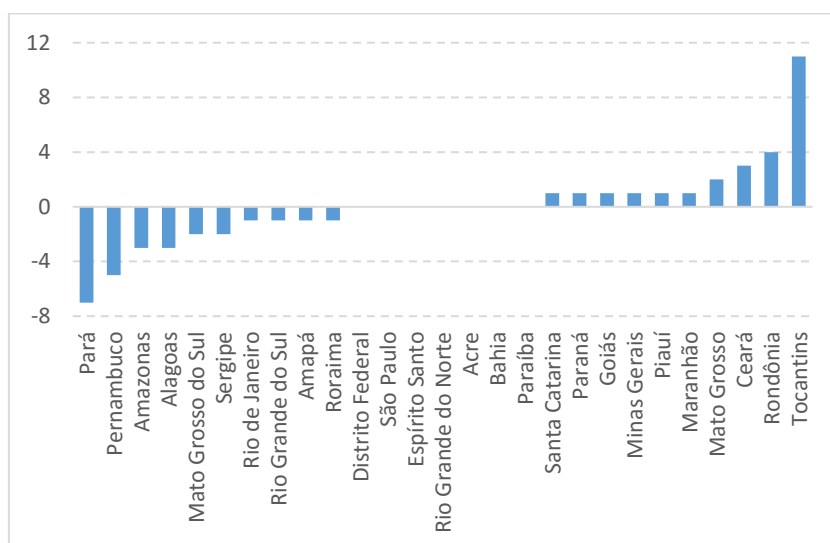
Ainda analisando a tabela 5, a Unidade Federativa mais desenvolvida, que lidera o ranking durante os três momentos de pesquisa é o Distrito Federal. Em 1991, quando todos os estados eram classificados como Baixo ou Muito Baixo, Brasília já tinha um desenvolvimento médio. O mesmo se repete em 2010, em que a capital é considerada de Muito Alto IDHM enquanto as UFs restantes são denominadas de desenvolvimento Alto ou Médio.

O estado de Minas Gerais é o único a se separar do eixo Sul-Sudeste na análise por unidades. Entretanto esse destaque é negativo, pois durante o ano de 1991 ele era o único classificado como Muito Baixo quando os restantes já tinham desenvolvimento Baixo. Apesar da recuperação no ano 2000 e conseguir se juntar aos outros, fazendo com que os integrantes do bloco ficassem todos em sequência, seu desenvolvimento não é sustentado e ele perde uma posição no ranking de 2010, voltando a se afastar de seu eixo. Uma característica de proximidade e similaridade geográfica (como o clima tropical e tropical de altitude, além da vegetação de cerrado) pode levar o estado a ter uma economia semelhante ao do Centro-Oeste, o que acarretaria o estado figurar entre as unidades federativas dessa região no ranking.

⁹ O Distrito Federal foi excluído da Região Centro-Oeste por ter características bem particulares de educação, saúde e renda que o diferenciam do restante da região.

Em um modelo de classificatório comparativo de intervalo limitado (educação e longevidade têm um certo limite de crescimento), espera-se que os crescimentos sejam crescentes do primeiro para o último elemento, e que após um período determinado a diferença na classificação diminua, fazendo os objetos do estudo ficarem cada vez mais próximos um do outro. Podemos observar tanto na tabela 5 quanto no gráfico 1 diversas mudanças de 1 ou 2 posições, porém dois valores absolutos se destacam da curva, um negativamente e outro positivamente. O primeiro é o estado do Pará, que cai 7 posições no total de 1991 a 2010. Apesar de ter um crescimento médio anual superior à média nacional, o estado não aproveitou o potencial para crescer como fizeram os outros estados no mesmo período. Exemplo oposto é o Tocantins, que sobe 11 posições no mesmo período, sendo 7 delas só durante os anos de 1991 a 2000. Neste período, o estado teve um crescimento médio anual de 4%, 1,57 p.p. acima da média nacional.

Gráfico 1 – Mudanças de posições entre 1991 e 2010



Fonte: Elaboração própria com dados do Atlas Brasil.

Tabela 5 – Evolução do IDHM por região e estado do Brasil

#10	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)			Mudança de Posições no Ranking			Crescimento Médio Anual		
	1991	2000	2010	91-00	00-10	91-10	91-00	00-10	91-10
n.a. Brasil	0.493	0.612	0.727	n.a.	n.a.	n.a.	2.43%	1.74%	2.07%
n.a. Norte	0.414	0.524	0.666	n.a.	n.a.	n.a.	2.66%	2.43%	2.54%
n.a. Nordeste	0.395	0.516	0.662	n.a.	n.a.	n.a.	3.00%	2.53%	2.76%
n.a. Sudeste	0.549	0.672	0.764	n.a.	n.a.	n.a.	2.28%	1.28%	1.76%
n.a. Sul	0.529	0.661	0.754	n.a.	n.a.	n.a.	2.51%	1.32%	1.88%
n.a. Centro-Oeste ^α	0.477	0.611	0.731	n.a.	n.a.	n.a.	2.78%	1.81%	2.27%
1 Distrito Federal	0.616	0.725	0.824	0	0	0	1.83%	1.29%	1.54%
2 São Paulo	0.578	0.702	0.783	0	0	0	2.18%	1.10%	1.61%
3 Santa Catarina	0.543	0.674	0.774	1	0	1	2.43%	1.39%	1.88%
4 Rio de Janeiro	0.573	0.664	0.761	1	0	1	1.65%	1.37%	1.50%
5 Paraná	0.507	0.650	0.749	0	1	1	2.80%	1.43%	2.08%
6 Rio Grande do Sul	0.542	0.664	0.746	0	1	1	2.28%	1.17%	1.70%
7 Espírito Santo	0.505	0.640	0.740	0	0	0	2.67%	1.46%	2.03%
8 Goiás	0.487	0.615	0.735	0	1	1	2.63%	1.80%	2.19%
9 Minas Gerais	0.478	0.624	0.731	2	1	1	3.01%	1.60%	2.26%
10 Mato Grosso do Sul	0.488	0.613	0.729	2	0	2	2.57%	1.75%	2.13%
11 Mato Grosso	0.449	0.601	0.725	2	0	2	3.29%	1.89%	2.55%
12 Amapá	0.472	0.577	0.708	2	1	1	2.26%	2.07%	2.16%
13 Roraima	0.459	0.598	0.707	0	1	1	2.98%	1.69%	2.30%
14 Tocantins	0.369	0.525	0.699	7	4	11	4.00%	2.90%	3.42%
15 Rondônia	0.407	0.537	0.690	2	2	4	3.13%	2.54%	2.82%
16 Rio Grande do Norte	0.428	0.552	0.684	2	2	0	2.87%	2.17%	2.50%
17 Ceará	0.405	0.541	0.682	4	1	3	3.27%	2.34%	2.78%
18 Amazonas	0.430	0.515	0.674	7	4	3	2.02%	2.73%	2.39%
19 Pernambuco	0.440	0.544	0.673	1	4	5	2.39%	2.15%	2.26%
20 Sergipe	0.408	0.518	0.665	2	0	2	2.69%	2.53%	2.60%
21 Acre	0.402	0.517	0.663	0	0	0	2.83%	2.52%	2.67%
22 Bahia	0.386	0.512	0.660	1	1	0	3.19%	2.57%	2.86%
23 Paraíba	0.382	0.506	0.658	1	1	0	3.17%	2.66%	2.90%
24 Pará	0.413	0.518	0.646	2	5	7	2.55%	2.23%	2.38%
25 Piauí	0.362	0.484	0.646	1	0	1	3.28%	2.93%	3.10%
26 Maranhão	0.357	0.476	0.639	1	0	1	3.25%	2.99%	3.11%
27 Alagoas	0.370	0.471	0.631	3	0	3	2.72%	2.97%	2.85%

Legenda:

n.a. - não aplicável

α - Excluindo o Distrito Federal

■ Muito Alto ■ Alto ■ Médio ■ Baixo ■ Muito Baixo

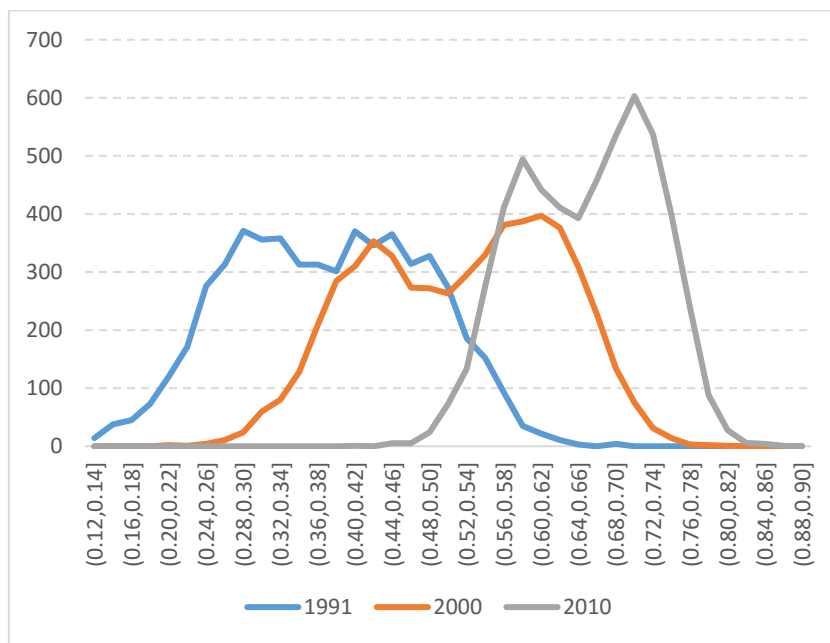
■ Acima da média ■ Abaixo da média

Fonte: Elaboração própria com dados do Atlas Brasil.

Esta aproximação dos piores posicionados em relação aos melhores posicionados pode ser percebida melhor no histograma de IDHM por município, apresentado no Gráfico 2. Há um deslocamento na curva entre os anos de 1991 e 2000, assim como ocorre de maneira parecida

na década seguinte. Isto significa que os municípios, como um todo, têm um movimento natural de melhora. Porém a curva sofre uma contração, ficando mais alta e estreita, ou seja, os municípios tendem, durante o tempo, a ter valores mais próximos um dos outros.

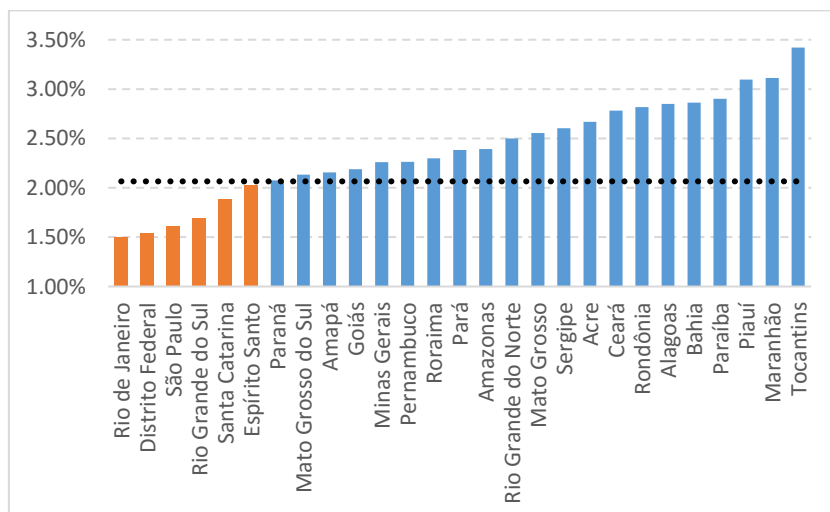
Gráfico 2 – Histograma do IDHM dos municípios



Fonte: Elaboração própria com dados do Atlas Brasil.

O Gráfico 3 apresenta o crescimento médio anual de forma ilustrativa corroborando a tendência de que os estados com crescimento inferior à média nacional (vermelhos) eram os melhores posicionados no ranking. Os estados em azul, representados em maioria por não participantes do eixo Sul-Sudeste, foram os responsáveis por elevar a média nacional.

Gráfico 3 – Crescimento médio anual (1991-2010)



Fonte: Elaboração própria com dados do Atlas Brasil.

Dentre os piores crescimentos, o Rio de Janeiro é o primeiro colocado. Ainda que esperado se fazer presente dentre os que menos se desenvolveram, estar na tabela à frente de Brasília, que no ano de 1991 já tinha um desenvolvimento considerado Médio, foi fator determinante para que o Estado seja estudado num posteriormente de forma isolada. A explicação encontra-se no capítulo seguinte de forma destacada.

Tabela 6 – Valor do IDHM e crescimento das dimensões do IDHM entre 1991 e 2010

	Subíndices de IDH (Valor)						Variação nos Subíndices de IDH (%)																				
	Educação			Longevidade			Renda			Educação						Longevidade						Renda					
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Rondônia	0.181	0.345	0.577	0.635	0.688	0.800	0.585	0.654	0.712	0.712	0.654	0.612	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757
Acre	0.176	0.325	0.559	0.645	0.694	0.777	0.574	0.612	0.671	0.671	0.574	0.612	0.635	0.635	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Amazonas	0.204	0.324	0.561	0.645	0.692	0.805	0.605	0.608	0.677	0.677	0.605	0.608	0.635	0.635	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Roraima	0.240	0.457	0.628	0.628	0.717	0.809	0.643	0.652	0.695	0.695	0.643	0.652	0.656	0.656	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Pará	0.194	0.319	0.528	0.640	0.725	0.789	0.567	0.601	0.646	0.646	0.567	0.601	0.646	0.646	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Amapá	0.254	0.424	0.629	0.668	0.711	0.813	0.620	0.638	0.694	0.694	0.620	0.638	0.694	0.694	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Tocantins	0.155	0.348	0.624	0.589	0.688	0.793	0.549	0.605	0.690	0.690	0.549	0.605	0.690	0.690	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Norte	0.193	0.333	0.557	0.637	0.708	0.795	0.579	0.612	0.668	0.668	0.579	0.612	0.668	0.668	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Maranhão	0.173	0.312	0.562	0.551	0.649	0.757	0.478	0.531	0.612	0.612	0.478	0.531	0.612	0.612	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Piauí	0.164	0.301	0.547	0.595	0.676	0.777	0.488	0.556	0.635	0.635	0.488	0.556	0.635	0.635	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Ceará	0.204	0.377	0.615	0.613	0.713	0.793	0.532	0.588	0.651	0.651	0.532	0.588	0.651	0.651	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Rio Grande do Norte	0.242	0.396	0.597	0.591	0.700	0.792	0.547	0.608	0.678	0.678	0.547	0.608	0.678	0.678	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Paraíba	0.191	0.331	0.555	0.565	0.672	0.783	0.515	0.582	0.656	0.656	0.515	0.582	0.656	0.656	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Pernambuco	0.242	0.372	0.574	0.617	0.705	0.789	0.569	0.615	0.673	0.673	0.569	0.615	0.673	0.673	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Alagoas	0.174	0.282	0.520	0.552	0.647	0.755	0.527	0.574	0.641	0.641	0.527	0.574	0.641	0.641	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Sergipe	0.211	0.343	0.560	0.581	0.678	0.781	0.552	0.596	0.672	0.672	0.552	0.596	0.672	0.672	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Bahia	0.182	0.332	0.555	0.582	0.680	0.783	0.543	0.594	0.663	0.663	0.543	0.594	0.663	0.663	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Nordeste	0.198	0.343	0.569	0.587	0.684	0.781	0.532	0.586	0.654	0.654	0.532	0.586	0.654	0.654	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Minas Gerais	0.257	0.470	0.638	0.689	0.759	0.838	0.618	0.680	0.730	0.730	0.618	0.680	0.730	0.730	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Espírito Santo	0.304	0.491	0.653	0.686	0.777	0.835	0.619	0.687	0.743	0.743	0.619	0.687	0.743	0.743	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Rio de Janeiro	0.392	0.530	0.675	0.690	0.740	0.835	0.696	0.745	0.782	0.782	0.696	0.745	0.782	0.782	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
São Paulo	0.363	0.581	0.719	0.730	0.786	0.845	0.729	0.756	0.789	0.789	0.729	0.756	0.789	0.789	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Sudeste	0.340	0.540	0.688	0.710	0.770	0.841	0.690	0.732	0.771	0.771	0.690	0.732	0.771	0.771	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Paraná	0.298	0.522	0.668	0.679	0.747	0.830	0.644	0.704	0.757	0.757	0.644	0.704	0.757	0.757	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Santa Catarina	0.329	0.526	0.697	0.753	0.812	0.860	0.648	0.717	0.773	0.773	0.648	0.717	0.773	0.773	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Rio Grande do Sul	0.328	0.505	0.642	0.729	0.804	0.840	0.667	0.720	0.769	0.769	0.667	0.720	0.769	0.769	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Sul	0.317	0.516	0.664	0.715	0.784	0.841	0.654	0.713	0.765	0.765	0.654	0.713	0.765	0.765	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Mato Grosso do Sul	0.259	0.445	0.629	0.699	0.752	0.833	0.641	0.687	0.740	0.740	0.641	0.687	0.740	0.740	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Mato Grosso	0.221	0.426	0.635	0.654	0.740	0.821	0.627	0.689	0.732	0.732	0.627	0.689	0.732	0.732	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Goiás	0.273	0.439	0.646	0.668	0.773	0.827	0.633	0.686	0.742	0.742	0.633	0.686	0.742	0.742	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Centro-Oeste	0.256	0.437	0.639	0.671	0.760	0.827	0.633	0.687	0.739	0.739	0.633	0.687	0.739	0.739	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Distrito Federal	0.419	0.582	0.742	0.731	0.814	0.873	0.762	0.805	0.863	0.863	0.762	0.805	0.863	0.863	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551
Brasil	0.279	0.456	0.637	0.662	0.727	0.816	0.647	0.692	0.739	0.739	0.647	0.692	0.739	0.739	0.531	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551	0.649	0.757	0.757	0.478	0.551

Fonte: Elaboração própria com dados do Atlas Brasil.

2.3 – Mudanças nos Componentes de Educação, Saúde E Renda

Quando aberta a análise por subíndice de IDH, como indica a Tabela 6, é possível perceber que Educação era (e ainda é) o “Calcanhar de Aquiles” do nosso desenvolvimento. Como dito anteriormente, o país possui dimensões continentais, fazendo com que o caminho entre a casa e a escola para as crianças se assemelhe com uma peregrinação, principalmente no interior do país. Além de dar acesso à educação para crianças mais isoladas, como a dimensão de conhecimento traz um carregamento muito grande, pois leva em consideração os anos de estudo de um indivíduo adulto, seria preciso um investimento na Educação de Jovens e Adultos para expandir a fronteira de desenvolvimento desse indicador.

Um estudo coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, autarquia responsável pela realização de políticas educacionais do Ministério da Educação, e pela Universidade de Brasília apontou que eram dependentes de transporte diário para chegar à escola quase 5 milhões de estudantes rurais da educação básica da rede pública. Para atender uma demanda tão grande, seriam necessários mais de 100 mil veículos destinados ao transporte escolar. Em um apoio da União para Unidades Federativas e Municípios, foram viabilizados quase 20% desta frota até 2012¹⁰, entretanto o fato de que 4 em cada 5 alunos ainda não contam com esse apoio mostra que ainda há um grande processo a ser trabalhado.

A importância dada à educação para os beneficiários do Bolsa Família é uma tentativa de romper com o problema estrutural do subdesenvolvimento. Não é possível determinar o que é causa e o que é efeito na relação Renda-Educação e na Renda-Longevidade, pois é um ciclo vicioso. Exemplo: uma renda maior permite um investimento maior em educação, qualificando o profissional para obter um rendimento maior. O mesmo ocorre com a saúde, um rendimento maior possibilita o acesso a medicamentos e meios mais saudáveis de vida, que consequentemente deixam as pessoas mais dispostas e capacitadas a trabalhar, permitindo uma produtividade maior. As duas correlações são expostas nos gráficos de 4 a 9 a seguir.

¹⁰ FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/caminho-da-escola/caminho-da-escola-apresentacao/caminho-da-escola-historico>>. Acesso em: 8 de setembro de 2016.

Gráfico 4 – IDHM Renda e Educação (91) Gráfico 5 – IDHM Renda e Educação (00)

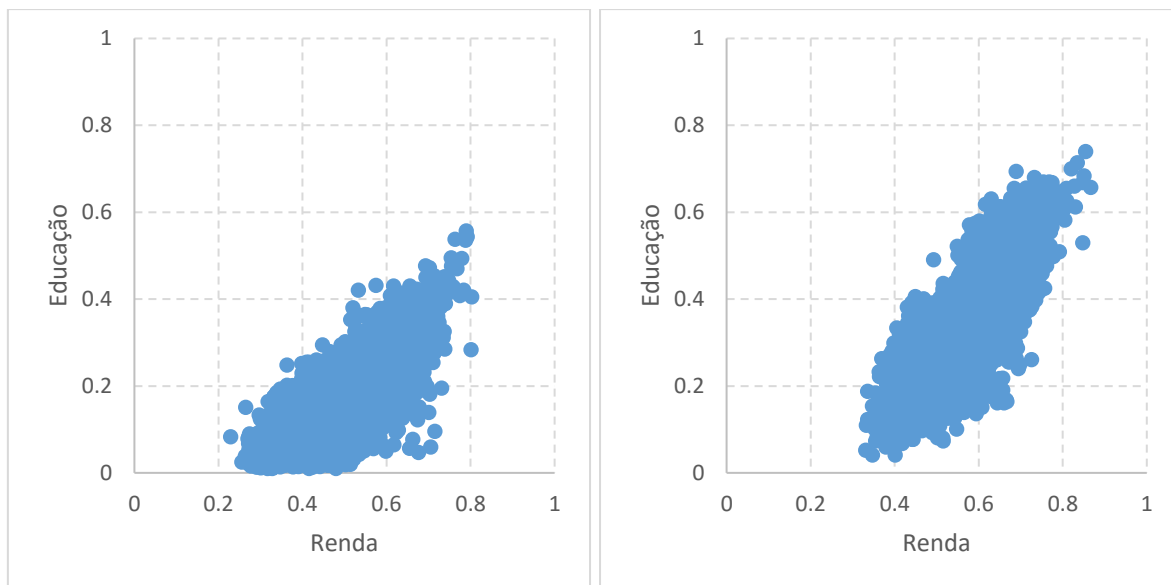
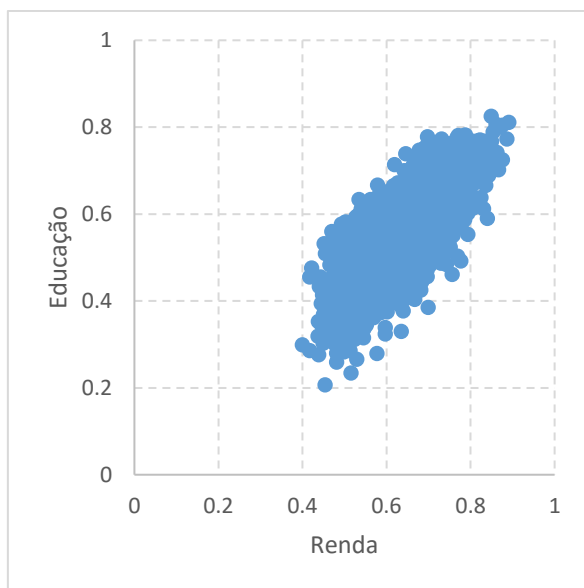


Gráfico 6 – IDHM Renda e Educação (10)



Fonte: Elaboração própria com dados do Atlas Brasil.

Na correlação entre IDHM Renda e IDHM Educação, o primeiro deslocamento, de 1991 para 2000, ocorre tanto no eixo horizontal quanto no eixo vertical. Isto é, há um ganho tanto na renda quanto na educação. Já em um segundo momento, o deslocamento ocorre principalmente no eixo da Educação, o que significa um ganho de escolaridade, seja através de mais crianças na escola ou de uma proporção maior de adultos com mais anos de estudo. A relação entre os dois subíndices fica mais evidente no gráfico de 2010, onde os mais de 5 mil pontos formam uma diagonal melhor definida.

Gráfico 7- IDHM Renda e Longevidade (91) Gráfico 8-IDHM Renda e Longevidade (00)

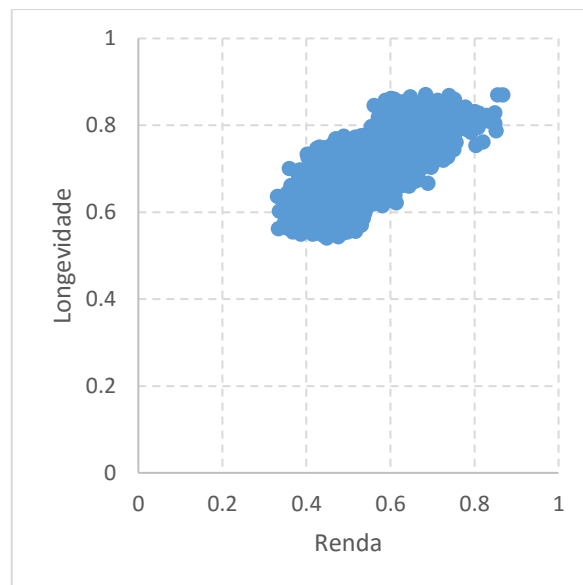
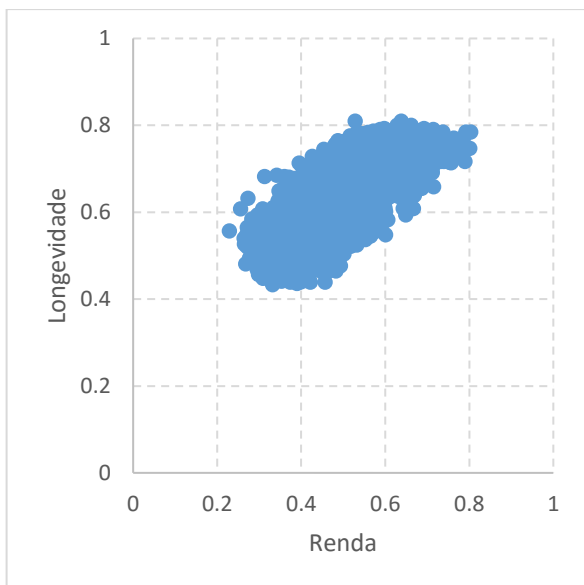
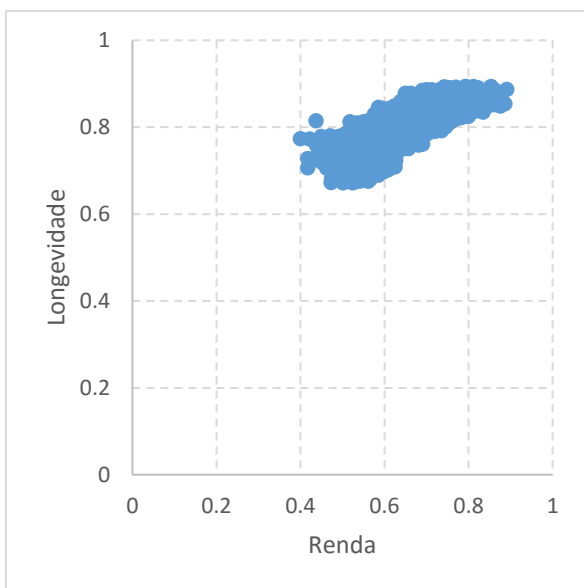


Gráfico 9 – IDHM Renda e Longevidade (10)



Fonte: Elaboração própria com dados do Atlas Brasil.

Nos gráficos 7, 8 e 9, o principal movimento é o achatamento dos pontos dentro do intervalo da renda. A partir do momento que as pessoas saem da condição de miséria encontrada em 1991 e começam a encontrar condições mais humanas de moradia, com acesso à luz, água e esgoto, há um aumento consequente da expectativa de vida. A melhoria no acesso à saúde, com investimentos no SUS e em programas como o Mais Médicos – que visa levar médicos para regiões onde a população tem pouco ou nenhum acesso a esse serviço – e o Farmácia Popular – que fornece medicamentos a preços muito mais baratos –, são fatores que podem estar contribuindo também para elevar a longevidade do brasileiro como um todo, sendo um

fator diferencial principalmente na vida dos mais pobres. É importante lembrar que os impactos destes programas mais recentes talvez sejam notados em estatísticas futuras, uma vez que é mais difícil prolongar em muito a vida de quem já se encontra em estado de idade avançada.

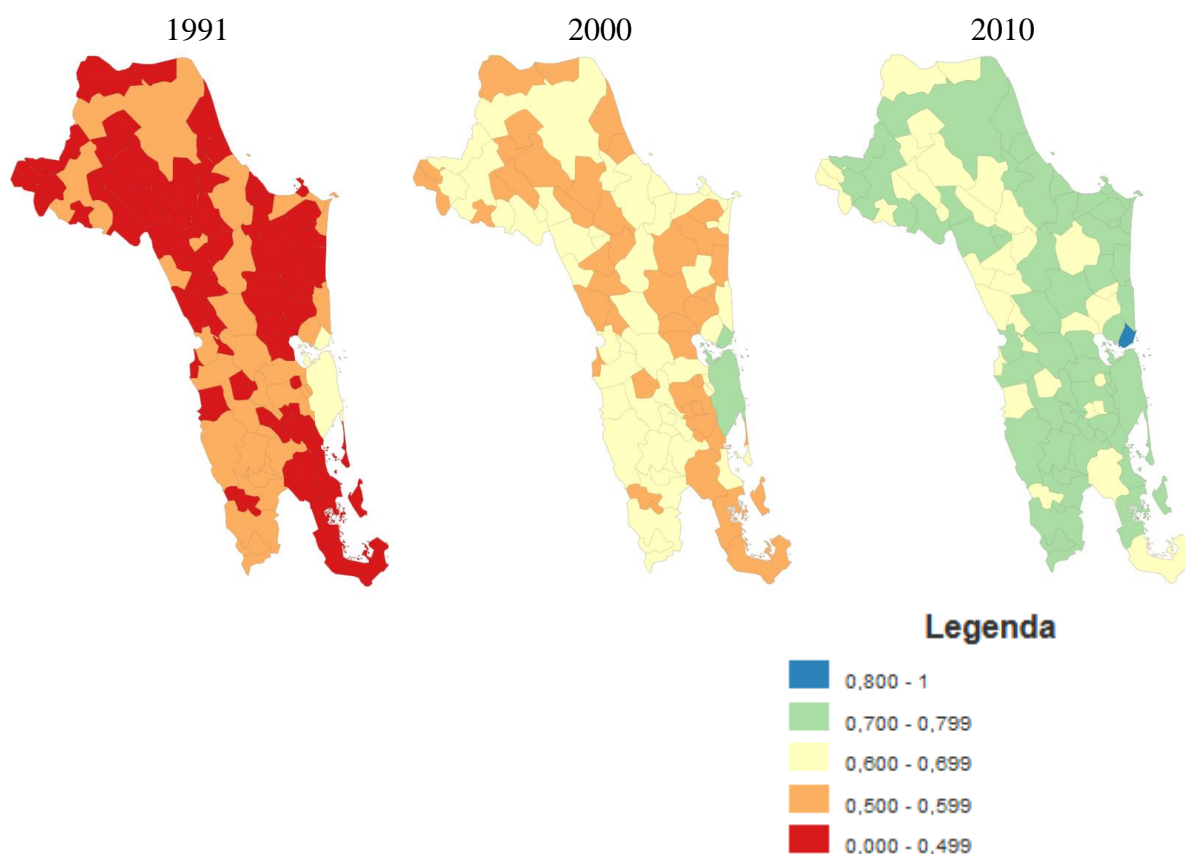
Mais recentemente, diversas ações (não somente partidas das esferas governamentais) foram introduzidas com o propósito de reduzir tanto a mortalidade infantil como a mortalidade nas demais idades no Brasil: campanhas de vacinação em massa, atenção ao pré-natal, aleitamento materno, agentes comunitários de saúde, programas de nutrição infantil, entre outros. Outros fatores também contribuíram para a diminuição do nível da mortalidade: aumento da renda, aumento da escolaridade, aumento na proporção de domicílios com saneamento adequado, etc. A consequência imediata destas ações e fatores combinados foi a diminuição dos níveis de mortalidade e o consequente aumento na expectativa de vida dos brasileiros ao longo dos anos. (IBGE 2015)

CAPÍTULO III – O Caso do Estado do Rio de Janeiro

Conforme visto anteriormente, o ERJ tem o pior desempenho em termos de evolução do IDH. A ideia nesse capítulo é fazer uma análise mais detalhada por município para melhor compreender esse comportamento.

O Estado do Rio de Janeiro possui 43.780,172km² de extensão (é o terceiro menor do Brasil, atrás apenas de Sergipe e Alagoas) e a terceira maior população, com um pouco mais de 16 milhões de habitantes. Com 378 hab./km², a densidade populacional do estado fica atrás apenas do Distrito Federal, que tem aproximadamente 500 hab./km². Dividido em 92 municípios, os dois municípios que se destacam estando sempre um grau de desenvolvimento acima dos demais são Niterói e Rio de Janeiro.

Figura 2 – Evolução do IDHM dos municípios do ERJ



Fonte: Elaboração própria com dados do Atlas Brasil.

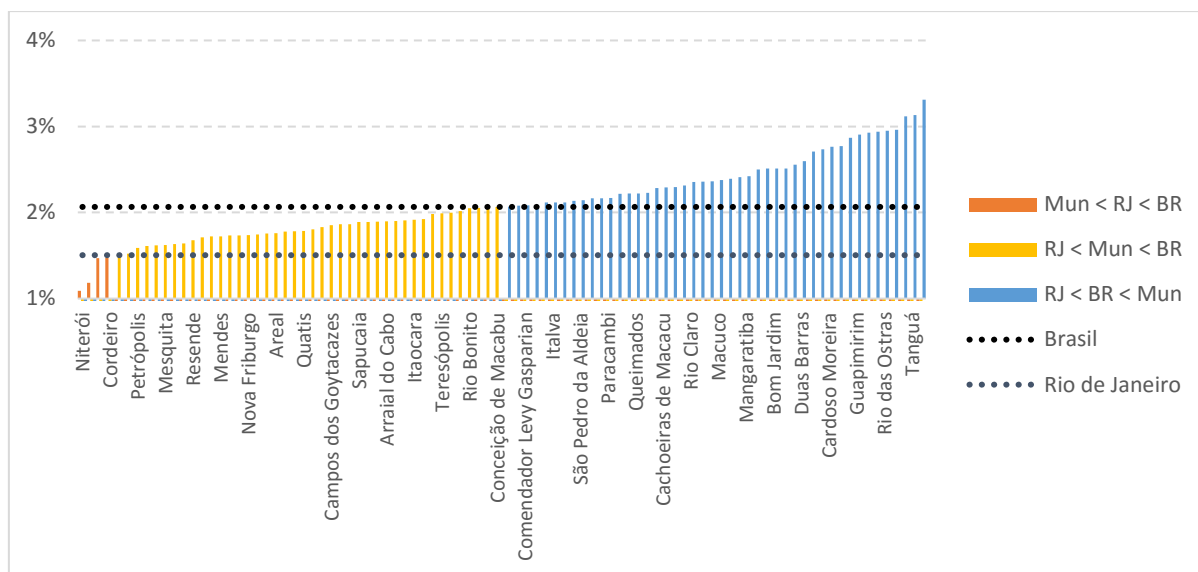
Tabela 7 – IDHM por município do Rio de Janeiro

Município	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)			Município	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)		
	1991	2000	2010		1991	2000	2010
Angra dos Reis	0.492	0.599	0.724	Nilópolis	0.565	0.656	0.753
Aperibé	0.483	0.620	0.692	Niterói	0.681	0.771	0.837
Araruama	0.449	0.579	0.718	Nova Friburgo	0.537	0.654	0.745
Areal	0.491	0.611	0.684	Nova Iguaçu	0.502	0.597	0.713
Armação dos Búzios	0.489	0.604	0.728	Paracambi	0.479	0.615	0.720
Arraial do Cabo	0.513	0.632	0.733	Paraíba do Sul	0.532	0.619	0.702
Barra do Pirai	0.541	0.626	0.733	Paraty	0.491	0.583	0.693
Barra Mansa	0.527	0.641	0.729	Paty do Alferes	0.431	0.541	0.671
Belford Roxo	0.468	0.570	0.684	Petrópolis	0.552	0.649	0.745
Bom Jardim	0.412	0.561	0.660	Pinheiral	0.527	0.614	0.715
Bom Jesus do Itabapoana	0.490	0.625	0.732	Pirai	0.513	0.612	0.708
Cabo Frio	0.515	0.614	0.735	Porciúncula	0.464	0.572	0.697
Cachoeiras de Macacu	0.455	0.580	0.700	Porto Real	0.445	0.568	0.713
Cambuci	0.464	0.599	0.691	Quatis	0.493	0.591	0.690
Carapebus	0.412	0.579	0.713	Queimados	0.448	0.550	0.680
Comendador Levy Gasparian	0.463	0.597	0.685	Quissamã	0.406	0.561	0.704
Campos dos Goytacazes	0.505	0.618	0.716	Resende	0.560	0.660	0.768
Cantagalo	0.472	0.612	0.709	Rio Bonito	0.483	0.609	0.710
Cardoso Moreira	0.386	0.520	0.648	Rio Claro	0.439	0.584	0.683
Carmo	0.502	0.621	0.696	Rio das Flores	0.499	0.603	0.680
Casimiro de Abreu	0.491	0.619	0.726	Rio das Ostras	0.445	0.620	0.773
Conceição de Macabu	0.483	0.615	0.712	Rio de Janeiro	0.639	0.716	0.799
Cordeiro	0.552	0.644	0.729	Santa Maria Madalena	0.417	0.573	0.668
Duas Barras	0.405	0.543	0.659	Santo Antônio de Pádua	0.493	0.611	0.718
Duque de Caxias	0.506	0.601	0.711	São Francisco de Itabapoana	0.344	0.503	0.639
Engenheiro Paulo de Frontin	0.497	0.604	0.722	São Fidélis	0.449	0.590	0.691
Guapimirim	0.405	0.572	0.698	São Gonçalo	0.543	0.641	0.739
Iguaba Grande	0.458	0.626	0.761	São João da Barra	0.484	0.548	0.671
Itaboraí	0.415	0.553	0.693	São João de Meriti	0.514	0.620	0.719
Itaguaí	0.483	0.589	0.715	São José de Ubá	0.416	0.542	0.652
Italva	0.462	0.561	0.688	São José do Vale do Rio Preto	0.435	0.556	0.660
Itaocara	0.497	0.627	0.713	São Pedro da Aldeia	0.476	0.598	0.712
Itaperuna	0.511	0.624	0.730	São Sebastião do Alto	0.400	0.554	0.646
Itatiaia	0.513	0.653	0.737	Sapucaia	0.473	0.586	0.675
Japeri	0.419	0.529	0.659	Saquarema	0.459	0.591	0.709
Laje do Muriaé	0.435	0.561	0.668	Seropédica	0.469	0.586	0.713
Macaé	0.534	0.665	0.764	Silva Jardim	0.389	0.546	0.654
Macuco	0.450	0.625	0.703	Sumidouro	0.341	0.500	0.611
Magé	0.455	0.573	0.709	Tanguá	0.364	0.520	0.654
Mangaratiba	0.478	0.642	0.753	Teresópolis	0.502	0.627	0.730
Maricá	0.520	0.637	0.765	Trajano de Moraes	0.383	0.555	0.667
Mendes	0.532	0.642	0.736	Três Rios	0.522	0.627	0.725
Mesquita	0.543	0.634	0.737	Valença	0.528	0.627	0.738
Miguel Pereira	0.505	0.642	0.745	Varre-Sai	0.385	0.522	0.659
Miracema	0.502	0.615	0.713	Vassouras	0.513	0.620	0.714
Natividade	0.481	0.626	0.730	Volta Redonda	0.580	0.682	0.771

Fonte: Elaboração própria com dados do Atlas Brasil.

E são justamente essas duas cidades as que menos se desenvolvem, junto com Paraíba do Sul e Cordeiro. Outros 42 municípios tem um crescimento médio superior à média estadual (1,50%), porém inferior à média nacional (2,07%). A metade restante tem uma evolução no desenvolvimento superior ao crescimento nacional. O gráfico 10 mostra o Rio de Janeiro e Niterói como as primeiras duas barras, com um crescimento de 1,18% e 1,09% respectivamente.

Gráfico 10 – Crescimento médio anual por município do ERJ



Fonte: Elaboração própria com dados do Atlas Brasil.

Quando olhamos para a distribuição dos municípios na correlação Renda-Educação e Renda-Longevidade, é possível perceber claramente a distância dos pontos de Niterói e Rio de Janeiro para os demais pontos, principalmente no ano de 1991. Nos anos 2000 e 2010 todos os municípios evoluem, porém há uma aproximação das outras cidades em relação a essas duas em especial. Nas duas relações, é possível perceber também que o estado inteiro, representado pelos pontos azuis, está localizado mais no lado direito da distribuição nacional, apresentada de cinza, demonstrando uma renda distribuída entre os municípios mais ricos em relação aos outros estados.

Gráfico 11–IDHM Renda e Educação (91) Gráfico 12–IDHM Renda e Educação (00)

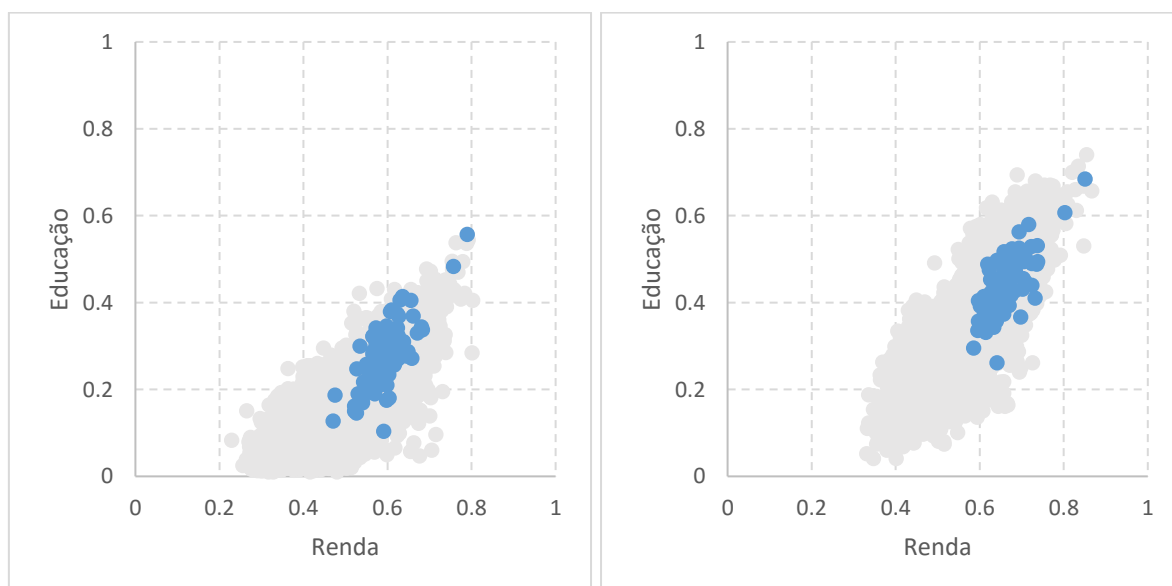
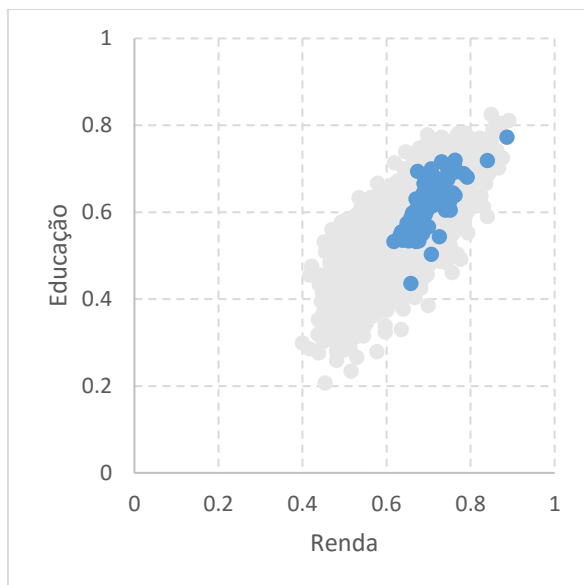


Gráfico 13–IDHM Renda e Educação (10)



Fonte: Elaboração própria com dados

Uma peculiaridade da distribuição do IDHM Longevidade do Estado do Rio de Janeiro é que os pontos, apesar de se localizarem predominantemente à direita, também estão concentrados na parte inferior da nuvem. Há uma certa ineficiência estadual em converter esse acesso a uma renda maior em expectativa de vida.

Segundo estudo de Fontes *et alii* (2013), embora o Rio de Janeiro possua o 3,5 médicos por mil habitantes (o segundo maior do Brasil, atrás apenas do Distrito Federal, que conta com 3,6 médicos), o número não é suficiente pra converter este valor em longevidade, pois outros fatores como violência e ineficiência na gestão também acabam influenciando a medida. Estados do Sul, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, já haviam alcançado este valor em 2001, quando tinham metade do número de médicos.

Outro possível fator de peso também é a distribuição de comunidades carentes em áreas de difícil acesso para o Estado (seja por violência ou pela geografia de montanhas). Esses espaços, quando povoados, afastam a possibilidade de uma aproximação com a saúde, seja pela dificuldade da instalação de clínicas no local, seja por ter uma dificuldade de acesso à rede de esgoto e coleta urbana. É comum ver nessas áreas a presença de esgoto a céu aberto e o lixo espalhado pelos acessos da comunidade.

Gráfico 14-IDHM Renda e Longevidade(91)

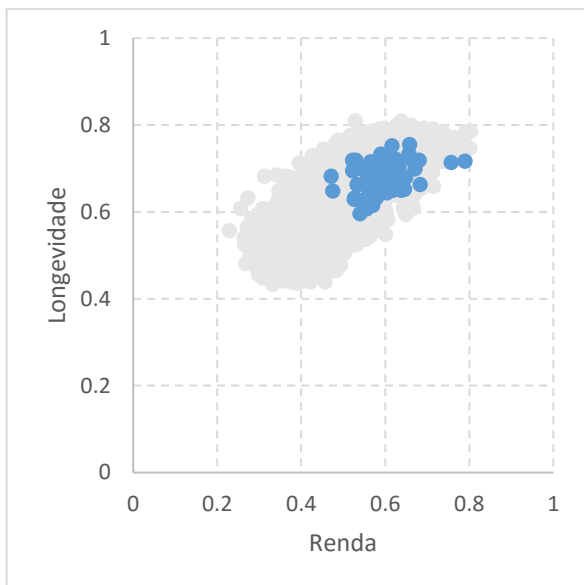


Gráfico 15-IDHM Renda e Longevidade(00)

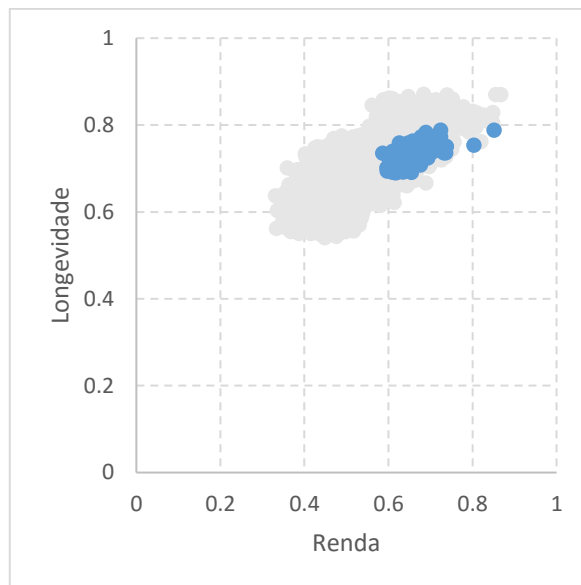
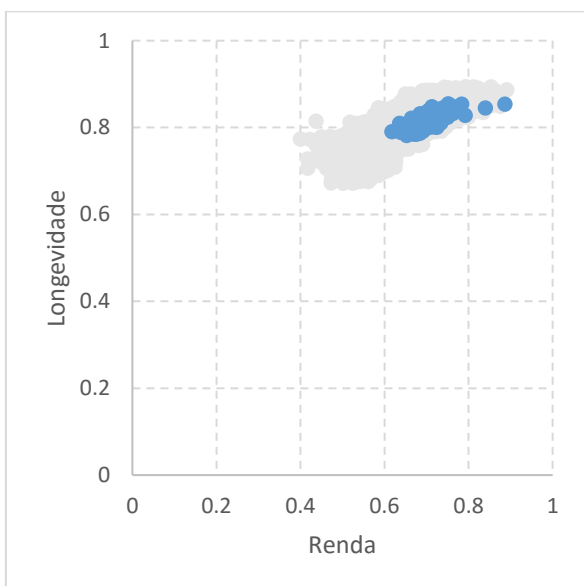


Gráfico 16-IDHM Renda e Longevidade (10)

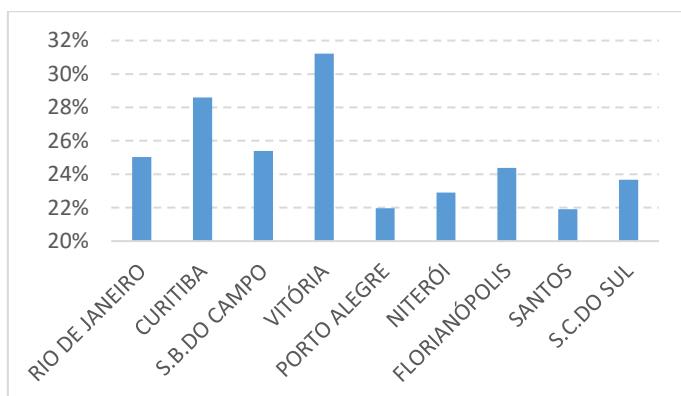


Fonte: Elaboração própria com dados do Atlas Brasil.

Pensando então no potencial de crescimento reduzido do município do Rio de Janeiro devido a sua posição avançada no ano de 1991, podemos fazer uma comparação com cidades que eram tão desenvolvidas quanto neste período, e que na teoria também enfrentariam o mesmo problema para crescer. Das cidades apresentadas no gráfico 17, é possível perceber que apenas três das oito têm um crescimento bem inferior ao da cidade carioca, sendo que uma destas cidades é Niterói. As cidades de Curitiba e Vitória, por exemplo, que no primeiro ano

tinham um IDHM maior, conseguem se desenvolver de forma expressivamente maior que o Rio de Janeiro.

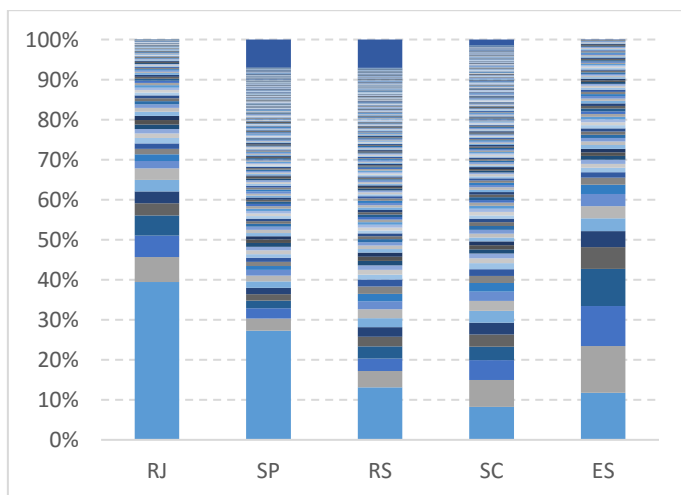
Gráfico 17 – Rio de Janeiro vs. Municípios com melhores IDHMs



Fonte: Elaboração própria com dados do Atlas Brasil.

Outro fator decisivo para o crescimento menor do Estado do Rio de Janeiro é a forma como a sua população está distribuída, quando comparado com os outros estados que já tinham uma situação de desenvolvimento avançado. O gráfico 18 mostra que mais da metade da população está concentrada em apenas 3 cidades (Rio de Janeiro, São Gonçalo e Duque de Caxias), sendo quase 40% só na cidade do Rio de Janeiro. Portanto a importância da capital para o estado é muito maior do que em qualquer outro estado, e como cidades mais desenvolvidas tem uma pré-disposição a crescer menos, o Rio de Janeiro inteiro teria consequentemente esta tendência também quando comparado com outras Unidades Federativas.

Gráfico 18 – Distribuição da população nos municípios por UF



Fonte: Elaboração própria com dados do Atlas Brasil.

Tabela 8– Taxa de crescimento do IDHM por dimensão

Município	Educação			Longevidade			Renda		
	1991	2010	91-10(%)	1991	2010	91-10(%)	1991	2010	91-10(%)
Rio de Janeiro	0.483	0.719	48.86	0.714	0.845	18.35	0.757	0.840	10.96
Curitiba	0.476	0.768	61.34	0.728	0.855	17.45	0.755	0.850	12.58
São Bernardo do Campo	0.470	0.752	60.00	0.732	0.861	17.62	0.768	0.807	5.08
Vitória	0.495	0.805	62.63	0.715	0.855	19.58	0.754	0.876	16.18
Porto Alegre	0.494	0.702	42.11	0.748	0.857	14.57	0.779	0.867	11.30
Niterói	0.557	0.773	38.78	0.717	0.854	19.11	0.790	0.887	12.28
Florianópolis	0.538	0.800	48.70	0.771	0.873	13.23	0.763	0.870	14.02
Santos	0.536	0.807	50.56	0.775	0.852	9.94	0.788	0.861	9.26
São Caetano do Sul	0.544	0.811	49.08	0.785	0.887	12.99	0.792	0.891	12.50

Fonte: Elaboração própria com dados do Atlas Brasil

Quando olhamos para o potencial de crescimento do município do Rio por dimensão, é possível perceber que onde ele mais ficou defasado foi na Educação. Seu crescimento (48,86%) foi semelhante ao de municípios com um IDHM 0.050 pontos maior. Cidades que tinham um IDHM de educação próximo (Curitiba, São Bernardo do Campo e Vitória) conseguiram ter um crescimento de 60%, um valor 12 p.p. maior.

Avaliando a mudança no IDHM Longevidade, é possível perceber que o Rio de Janeiro teve o terceiro melhor crescimento entre as cidades que possuíam um IDHM igual ou maior ao dele (18,35%), atrás apenas de Vitória (19,58%) e Niterói (19,11%). Porém o Rio tinha o menor valor absoluto em 1991 (0,714), portanto era entre os municípios listados o que mais tinha espaço de crescimento.

No IDHM Renda, o município do Rio de Janeiro tem o terceiro pior crescimento (10,96%), superando apenas São Bernardo do Campo (5,08%) e Santos (9,26%). Esta também é uma dimensão que o Rio não aproveita uma chance de crescimento maior, já que estava listado entre os três piores IDHMs de Renda em 1991 (0,757), na frente apenas de Vitória (0,754) e Curitiba (0,755).

Apesar da aparente maior dificuldade para se desenvolver, por ter uma distribuição extremamente desigual o Rio ainda tem muito espaço para evoluir. Segundo Caballero (2015), das 1.136 Unidades de Desenvolvimento Humano, apenas 35,8% (ou 407 UDHs) estão classificadas no grupo de IDHM Muito Alto. Algumas das UDHs menos desenvolvidas acabaram de ser classificadas como IDHM Médio, o que reforçaria o espaço para crescimento de algumas regiões do município do Rio.

CONCLUSÃO

No estudo do Índice de Desenvolvimento Humano, criado por Sen e ul Haq, é possível perceber que apesar da alta aprovação, globalmente utilizado e ser base de formação para outros índices, o indicador continua a receber algumas avaliações constantes. São estas críticas que, feitas de forma construtiva, permitem ao índice continuar evoluindo no seu desenvolvimento dentro da estrutura já conhecida. As dimensões escolhidas como pilares, apesar de terem seus indicadores mudados, continuaram as mesmas durante os vinte anos em que foi avaliado: saúde, conhecimento e o padrão de vida.

O perfil do IDH brasileiro mostra que o país se encontra em uma condição favorável dentro de um plano global, afinal tem um indicador elevado e que caminha para o patamar de Muito Elevado dentro das próximas duas décadas. Entretanto o Brasil perde muito quando avaliado com ajuste à desigualdade, o que mostra ser preciso combater a má distribuição dos recursos (principalmente educação e renda) para a população.

A análise do IDHM do Brasil mostra que o desenvolvimento não tem um perfil homogêneo dentro do território. Enquanto Brasília tem um IDHM Muito Elevado (0.824), os estados da região Norte e Nordeste tem um IDHM Médio, próximo de 0.66, uma diferença de 0.16 pontos. Cada região tem um comportamento de bloco, com um perfil de desenvolvimento distinto de outra região, e essa distinção do desenvolvimento pode ser bem acentuada quando a comparação é feita entre o Sul-Sudeste e o Norte, Nordeste ou Centro-Oeste.

Já na avaliação municipal foi possível perceber que os municípios como um todo têm tido uma evolução satisfatória, principalmente os menos desenvolvidos, por estarem se aproximando dos que se localizam em posições acima. O Brasil tem caminhado, através de políticas públicas orientadas para a redução da desigualdade, no sentido de um perfil mais homogêneo de distribuição. Entretanto, como é possível perceber pelo IDHAD, o caminho a ser percorrido não é curto.

A partir da análise realizada o crescimento do IDHM na cidade do Rio foi mais lento do que cidades que estavam numa situação melhor ou semelhante. Como ela tem um peso muito grande no Estado do Rio de Janeiro gerou esse pior desempenho. Isso pode ser explicado pelo alto grau de desenvolvimento da cidade do Rio, bem próxima da classificação de IDHM Muito

Alto. Porém, como foi possível observar, Vitória, São Bernardo do Campo e Curitiba também são desenvolvidas e cresceram mais que o Rio. Se não acelerarmos o ritmo de desenvolvimento, corremos o risco de ficar ainda mais para trás, já que dos três piores avanços em Educação entre as melhores cidades de 1991, dois eram do Estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P. *et alii*. O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

BOLZON, A. O que é mesmo um Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)?, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-o-que-e-mesmo-um-relatorio-de-desenvolvimento-humano-rdh-andrea-bolzon-coordenadora-do-rdh-pnud-brasil/>>. Acesso em: 14 de setembro de 2016.

BÓGUS, L. M. M; PESSOA, L. C. R. Operações urbanas – nova forma de incorporação imobiliária: O caso das operações urbanas consorciadas Faria Lima e Água Espreiada. In: Cadernos Métopole. São Paulo: Educ, nº 20, 2º Sem., 2008. p.125-139.

CABALLERO, B. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: análise para a Cidade do Rio de Janeiro. In: Notas Técnicas IPP-Rio, Rio de Janeiro, nº 32, Jan, 2015.p. 1-22.

CHOWDHURY, O.H. "Human Development Index : A Critique." The Bangladesh Development Studies 19.3. 1991. p.125-27.

DOWBOR, L. Municípios e Gestão Descentralizada. In: Prêmio Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: coletânea de artigos. Brasília: 2015.

ELTIS, D. BEHRENDT, S. RICHARDSON, D. National participation in the transatlantic slave trade: New evidence. Africa and the Americas: Interconnections during the Slave Trade. 2005. p.13-41.

FONTES, A *et alii*. Desenvolvimento Socioeconômico na Metrópole e no Interior do Rio de Janeiro. In: Observatório Sebrae/RJ – Os Pequenos Negócios em Foco. Rio de Janeiro: nº 05, Julho, 2013.

IBGE. Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2014. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em:<ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade/Tabuas_Completas_de_Mortalidade_2014/notastecnicas.pdf>.

KLUGMAN, J. *et alii*. The HDI 2010: New Controversies, Old Critiques. Nova Iorque: PNUD, 2011.

KOVACEVIC, M. “Review of HDI Critiques and Potential Improvements.” 2010. Human Development Research Paper 33. UNDP–HDRO, New York.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 1990. Oxford University Press, Nova Iorque. 1990.

PNUD–GRDH. Relatório do Desenvolvimento Humano 2010. Nova Iorque. 2010.

PNUD–GRDH. Relatório do Desenvolvimento Humano 2014. Nova Iorque. 2014.

PNUD–GRDH. Relatório do Desenvolvimento Humano 2015. Nova Iorque. 2015.

PNUD; IPEA; FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2013. Brasília: PNUD. Brasil. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>.

ROCHA. S. Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SANTOS, Kauê Lopes dos. Sob mesmo teto: pobreza e globalização na periferia de São Paulo. São Paulo, 2011.163p.

SEN, A. Development as Freedom. New York: Anchor Books. 1999.

ANEXO: Evolução no Cálculo do IDH de 1990 a 2009

Year	Number of ranked countries	Health	Education	Standard of Living	Type of Index
1990	130	Life expectancy (LE) in years: maximum and minimum taken from data set at 78.4 and 41.8.	Adult literacy rate (ALR) for 25+; maximum=99%, minimum taken from data set at 12%	Logarithm of Gross Domestic Product (GDP): maximum=3.68 (\$4786 per capita in \$PPP), minimum (taken from data set)=2.34 (\$220)	Deprivation
1991	160	LE: maximum and minimum taken from data set at 78.6 and 42.0.	ALR(%) and mean years of schooling (MYS) weighted 2/3 and 1/3. Minimum and maximum taken from data.	Adjusted GDP pc obtained with the Atkinson formula with the minimum set at \$4829 pc; maximum and minimum of discounted GDP taken from data set at \$5070 and \$350	Deprivation
1992	160	As of 1991	As of 1991	As of 1991	Deprivation
1993	173	As of 1991	As of 1991	As of 1991	Deprivation
1994	173	LE: maximum and minimum set at 85 and 25.	ALR(%), and MYS weighted 2/3 and 1/3, MYS: maximum and minimum set at 15 and 0	Maximum and minimum of discounted GDP was fixed at \$5385 and \$200 which was equivalent to fixing the real GDP to \$40,000 and \$200	Achievement
1995	174	As of 1994	ALR(%) and combined enrolment ratio (primary, secondary, and tertiary, capped at 100, in %), weighted 2/3 and 1/3 respectively	Maximum for formula set at \$5448 pc which is equivalent to \$40,000, minimum is set at \$100	Achievement
1996	174	As of 1994	As of 1995	As of 1995	Achievement
1997	174	As of 1994	As of 1995	As of 1995	Achievement
1998	174	As of 1994	As of 1995	As of 1995	Achievement
1999	174	As of 1994	As of 1995	Logarithm of GDP pc: maximum = \$40,000, minimum = \$200	Achievement
2000	174	As of 1994	As of 1995, ALR taken from age 15 + combined enrolment ratio uncapped	As of 1999	Achievement
2001-2009	174 to 182	As of 1994	As of 2000	As of 1999	Achievement

Fonte: Kovacevic, 2010